



18 de março de 2019

**Unidade do funcionalismo municipal:
caminho para a luta contra a reforma
da previdência de Bolsonaro/Guedes**

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Exemplo de unidade da base.
- Responsabilidade das Centrais Sindicais.
- Unidade do funcionalismo municipal: caminho para a luta contra a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes

Balanço da greve dos trabalhadores municipais de São Paulo

Uma greve de resistência contra a reforma da previdência

No dia 26 de dezembro, o prefeito Bruno Covas/PSDB e os vereadores da base aliada concluíram o processo de aprovação da reforma da previdência do município de São Paulo. Mesmo com a resistência dos servidores da educação, que já estavam em recesso escolar, o governo não poupou esforços para que seus vereadores votassem o confisco de salário e a implantação da Sampaprev com brutal violência desferida pela tropa de choque. O confisco se deu pela elevação da alíquota previdenciária de 11% para 14% e a criação da Sampaprev, previdência complementar ao fundo previdenciário do município, que determina que os futuros servidores tenham como referência o teto estabelecido pelo INSS que, na data, era de R\$ 5.645,80. Caso queira ampliar seus ganhos, deverão participar com um percentual de seu salário para a Sampaprev.

Nessa mesma assembleia, os trabalhadores da educação deliberaram pela retomada da greve a partir do dia 04 de fevereiro de 2019, início do calendário de retorno do setor da educação. No dia 01 de fevereiro, dia de organização das unidades da educação, os representantes convocaram os trabalhadores para aderirem ao movimento grevista. A pauta de reivindicações era: revogação da lei 17.020; valorização dos serviços públicos, valorização do servidor público e um reajuste de 10% linear para todo o funcionalismo. Essa pauta de reivindicações contribuía para que houvesse a unificações dos trabalhadores do funcionalismo público municipal.

Durante o mês de janeiro, visto que os outros setores do funcionalismo municipais não estavam em férias,

houve diversos comandos organizados pelo sindicato para convocar os trabalhadores para adesão à greve a partir do dia 04 de fevereiro. Sendo assim, a primeira assembleia no dia 4 contou com a unidade dos setores do funcionalismo público em luta contra a reforma previdenciária de Bruno Covas. A assembleia deliberou, majoritariamente, pela continuidade do movimento.

Contudo, o contexto político que se dava nessa fase da greve não era mais o mesmo de março de 2018. Já se tinha conhecimento prévio do projeto de reforma da previdência do governo federal, arquitetada pelo presidente Jair Bolsonaro/Guedes. Diversas versões do projeto foram divulgadas pela imprensa burguesa, com vista a preparar os ânimos dos trabalhadores. No entanto, todas as versões demonstravam o grau de ataque que seria desferido na maioria explorada, com retirada de direitos históricos conquistados com muita luta.

Portanto, é preciso ter claro que essa greve partiu de reivindicações municipais e passou a fazer parte da luta nacional contra a reforma da previdência federal. Não estava mais em jogo apenas a revogação da lei 17.020 ou o reajuste salarial, mas era uma luta contra a PEC/06 colocada no Congresso Nacional a partir de 20 de fevereiro. Por isso, a greve dos trabalhadores municipais de São Paulo deve servir como exemplo para todos os movimentos que terão que se levantar contra o brutal ataque que será desferido pela burguesia e seus governos contra os direitos dos explorados. Somente a resistência dos oprimidos, em unidade com a classe operária, poderá colocar abaixo o projeto nefasto de retirada de direito



A greve partiu de reivindicações municipais e passou a fazer parte da luta nacional contra a reforma da previdência federal. Por isso, a greve dos trabalhadores municipais de São Paulo deve servir como exemplo para todos os movimentos que terão que se levantar contra o brutal ataque que será desferido pela burguesia e seus governos contra os direitos dos explorados.

do governo federal e do capital financeiro.

Os Caminhos da Greve: exemplo de unidade da base

Foram 33 dias de greve intensa. As assembleias sempre massivas. Diversas experiências, que contavam com as passeatas multitudinárias pelas principais avenidas de São Paulo causando bloqueios em diversos pontos da cidade; comandos unificados que percorriam as unidades do serviço público; atos regionais com panfletagens para o esclarecimento da população dos motivos justos da greve. Esses elementos contribuíram para que a greve pudesse ganhar fôlego a cada assembleia, que ocorria duas vezes por semana.

Havia muita disposição de luta da base grevista, que não arredava pé das assembleias. O prefeito, inicialmente, dizia não reconhecer o movimento. Tentava de todas as maneiras, vencer os lutadores pelo cansaço. No entanto, diante do avanço do movimento geral do funcionalismo, teve que reconhecer a greve e chamar para as mesas de negociação a representação dos grevistas, composta pelas direções das entidades no denominado Fórum das Entidades.

As propostas do governo sempre foram de negação das reivindicações, em especial da revogação da lei 17.020 e a tentativa de introduzir na classe a meritocracia e a política de bonificação. A assembleia, corretamente,

rechaçava essas propostas e defendia a continuidade da greve. Porém, em seu meio estavam aqueles que defendiam a continuidade da greve, mas no dia seguinte voltavam ao trabalho. Esperavam apenas o momento certo para poderem se pronunciar sobre o fim do movimento. Para isso, dependiam que as burocracias sindicais se curvassem a qualquer migalha oferecida pelo governo.

Na 8ª assembleia, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, veio a proposta tão esperada pelas burocracias. Bruno Covas, então, ofereceu as migalhas para colocar fim a greve: instalar processo negocial, a partir de abril e com duração de até 90 dias; instalar a mesa setorial de educação; aplicar abono emergencial para o agente de apoio no valor mensal de R\$ 200,00 e R\$ 300,00 para o AGPP; pagamento dos dias parados. Como se vê, a principal bandeira de revogação da lei 17.020 não foi atendida, nem a reivindicação de reajuste linear para

todos os servidores municipais de 10%. No entanto, as burocracias se apegaram as migalhas para colocar fim a greve. Mesmo assim, teve que manobrar para conseguir convencer a parcela oscilante a apoiar as propostas miseráveis do governo. A assembleia ficou dividida na votação, com a nítida certeza de que a continuidade venceu. Mas mesmo assim a greve chegou a seu fim, com apenas o saldo do pagamento dos dias parados vinculado à reposição.

Obstáculos da greve: responsabilidade das Centrais Sindicais

Durante todo o processo da greve as atividades de rua no centro da cidade e nos bairros bem como a atuação dos comandos nas instituições que ainda não estavam paralisadas permitiram a continuidade da greve. A intransigência do prefeito em atender os grevistas era uma tática de desgaste do movimento. Sabia que a greve dos trabalhadores do município de São Paulo poderia contaminar outros estados a fazerem movimento contra a reforma da previdência de Jair Bolsonaro/Guedes que já estava em andamento. No entanto, para que a greve fosse vitoriosa era necessário sair de seu isolamento e ganhar projeção nacional. Nesse sentido, as burocracias das centrais e sindicatos contribuíram para que seu iso-

lamento se mantivesse. Isso porque, não são contrários de fato a uma reforma da previdência, em sua essência. E por isso pretendem se colocar apenas no campo da disputa de projetos de reforma por meio da pressão parlamentar. No dia 20 de fevereiro o governo federal expôs o teor do projeto de reforma da previdência ao dar entrada no Congresso Nacional. A essência da reforma se apresentava nefasta ao conjunto dos trabalhadores. Exigia 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, tanto do setor privado como público; elevava a idade mínima das mulheres para 62 anos e de 65 para os homens; penalizava ainda mais os trabalhadores rurais e introduzia o sistema de capitalização.

No mesmo dia 20, as Centrais Sindicais convocaram um ato denominado de Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora. O objetivo desse ato era dar início a campanha contra a reforma da previdência. No entanto, não passou de uma “esquentá”. As centrais demonstraram a todos que estavam esperando o projeto ser colocado para votação no parlamento. Ou seja, que estarão a reboque do calendário do governo e do parlamento para fazer a luta.

No dia 22 de fevereiro, o sindicato dos professores do estado de São Paulo, Apeoesp, convocou os professores para o primeiro conselho do ano. Seu calendário de mobilização demonstrava o desinteresse da direção burocrática do sindicato em unificar com os grevistas do município. Marcou a primeira reunião de representantes (RE) somente para o dia 12 de março e a convocação de uma assembleia apenas para o tardio dia 22 de março. A Corrente Proletária interveio no CR exigindo que a direção convocasse a assembleia para o dia 8 de março, visto que era um dia nacional de luta das mulheres contra a opressão de classe, que o governo de João Dória também se pronunciava a favor da reforma e, por fim, data da assembleia dos municipais. A burocracia sindical se manteve inerte à nossa exigência e manteve seu calendário imobilista.

Defendemos que era necessário que as Centrais Sindicais e os sindicatos convocassem imediatamente a greve geral e potencializassem a greve dos municipais. Preferiram manter o calendário imobilista. Diante do isolamento praticado pelas Centrais Sindicais e pelos sindicatos, a greve dos trabalhadores municipais não tinha como se manter viva. Desta forma, as migalhas oferecidas pelo prefeito Bruno Covas foram suficientes para acabar com

uma greve que resistia contra a reforma previdenciária municipal, estadual e federal.

Sobretudo, é importante ter clareza que na luta de classes, a estratégia determina as táticas. O que quer dizer que só com a greve geral será possível por abaixo a reforma da Previdência, imposta pelo capital financeiro. Do contrário, a tática da pressão parlamentar levará inevitavelmente a aprovação de uma Reforma da Previdência com alguns pontos negociados entre a burguesia.

Unidade do funcionalismo municipal: caminho para a luta contra a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes

A greve dos trabalhadores municipais de São Paulo mostrou o caminho para a derrota do projeto de reforma previdenciária de Jair Bolsonaro/Guedes. A unidade do funcionalismo foi a marca dessa greve de resistência. Empurrados pela exigência da base em unificar dos setores do serviço público as burocracias foram obrigadas a se unificarem.

A unidade de fato se deu durante os comandos de greve que visitavam os locais de trabalho, sejam as escolas, postos de saúde, cemitérios, repartições públicas em geral. Havia a disposição de convencer os trabalhadores que ainda estavam em dúvida sobre a necessidade de paralisação geral. Foi uma grande conquista dessa greve,

pois demonstrou que somente a unidade dos trabalhadores em luta poderá colocar abaixo a reforma da previdência dos governos federal, estadual e municipal.

As assembleias eram dirigidas unitariamente pelas burocracias sindicais representadas pela Aprofem, Sinpeem, Sindsep, Sedin, Sinesp, Simesp, Amasp e Anis, organizadas no Fórum das Entidades. Expressavam a todo instante seu desconforto em ter que dividir fala no carro de som. Conflitavam em todo momento sobre as deliberações da assembleia. Aos poucos foram se desmanchando e provando que somente a base defende a unidade de fato.

A tática utilizada pelas burocracias era a de eliminar a democracia operária das assembleias. Não permitiam que a oposição e a base pudessem expor suas propostas. Definiram que somente os burocratas podiam conduzir a assembleia. Somente sob muita pressão da assembleia foram obrigados a abrir a fala para integrantes da oposição e da base.

Com certeza, isso ocorria para evitar a radicalização do movimento. Em diversos momentos a assembleia

A unidade de fato se deu durante os comandos de greve que visitavam os locais de trabalho, sejam as escolas, postos de saúde, cemitérios, repartições públicas em geral. Foi uma grande conquista dessa greve, pois demonstrou que somente a unidade dos trabalhadores em luta poderá colocar abaixo a reforma da previdência dos governos federal, estadual e municipal.

passou por cima das propostas do Fórum e modificou o rumo da assembleia. Seja exigindo o bloqueio das principais avenidas da cidade, seja exigindo que os atos regionais fossem ativos com bloqueio das ruas e avenidas das regiões. A cada proposta de radicalização dos métodos de luta as burocracias sindicais procuravam manobrar para manter a greve em seu percurso pacifista. Esse elemento contribuiu sobremaneira para que as reivindicações do movimento não fossem atendidas pelo governo.

Posição da Corrente Proletária da Educação

A Corrente Proletária atuou com toda a energia para que a greve se fortalecesse e fosse vitoriosa. Participou dos comandos nas regiões em que atua, dos atos regionais de esclarecimento da população e de todas as assembleias.

Através de seus boletins propagandeava a necessidade de radicalização do movimento, com os bloqueios das principais avenidas e rodovias da cidade. Defendeu no carro de som a necessidade da greve geral para retirar a greve dos municipais do isolamento, visto que era uma luta de resistência contra a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes. Defendeu insistentemente a importância de se manter a unidade dos trabalhadores municipais e sua unidade com a classe operária através de panfletagens nas portas das fábricas. Quando teve oportunidade de fala, defendeu as propostas dos setores radicalizados do movimento.

Devemos imputar a responsabilidade do não atendimento das reivindicações do movimento grevista às bu-



A resistência dos trabalhadores em aderir à greve dos municipais é reflexo da desconfiança em suas direções. Nesse sentido, é necessária organizar a fração revolucionária no seio de cada uma dos sindicatos que colocará para correr os burocratas que impedem o avanço do movimento grevista.

rocracias, tanto dos sindicatos quanto das Centrais. Desta luta podemos tirar algumas importantes lições que serão necessárias para o desenvolvimento da luta nacional contra a reforma da previdência:

1. A unidade grevista dos trabalhadores municipais deve servir como exemplo para os demais movimentos que estarão em luta nesse ano. A unidade da classe operária e os demais setores explorados é o caminho para por abaixo a reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes e, no caso de São Paulo, Doria e Covas.
2. Os obstáculos impostos pelas direções das Centrais e dos sindicatos devem ser vistos como elemento a ser superado pelos explorados. É preciso que a classe operária e os demais explorados exijam de suas direções que organizem urgentemente a greve geral.
3. A resistência dos trabalhadores em aderir à greve dos municipais é reflexo da desconfiança em suas direções. Nesse sentido, é necessária organizar a fração revolucionária no seio de cada uma dos sindicatos que colocará para correr os burocratas que impedem o avanço do movimento grevista.
4. A greve dos trabalhadores municipais de São Paulo estava muito além da pauta de reivindicações que deu início ao movimento. Tratava-se de uma greve de resistência contra a reforma nefasta de Bolsonaro/Guedes e do capital financeiro. Foi linha de frente no combate contra a destruição dos direitos de aposentadoria da maioria dos trabalhadores.
5. É urgente a constituição das frações revolucionárias no interior das Centrais e sindicatos para alavancar a luta dos explorados.

